

ORDEM DO DIA inicialmente foi lido o parecer da Comissão de Desenvolvimento Sustentável contrario ao Projeto de Lei nº 36/2022 que: “Autoriza o Executivo adquirir mediante desapropriação amigável, imóvel declarado de Utilidade Pública pelo Decreto 51/2022”. O Vereador Luciano, Presidente da Comissão de Desenvolvimento Sustentável, em nome dos demais membros, justificou o parecer. Em discussão, foi comentada a Lei 51/2019 de incentivo a instalação de empresas. Os Vereadores colocaram sobre a compra e venda de terrenos realizados pelo Município para empresas que até hoje não se instalaram, diferente de quando a empresa adquirem e constroem por conta própria, citando algumas delas. Foram comentadas sobre empresas que tiveram o apoio do Município e hoje estão progredindo e gerando empregos e por esta razão deve-se analisar muito bem quando da negociação de terrenos para incentivo a indústria. Foi citado o valor do imóvel e custos com desmembramento de terrenos e infraestrutura necessária, caso que ainda não está completamente realizado no parque próximo. Foi comentado também sobre previsão orçamentária que não possui, bem como não estarem sabendo sobre protocolos de intenções de alguma empresa interessada. Alguns Vereadores defenderam o projeto de lei e a compra do imóvel para ampliação do parque industrial para geração de empregos e houve longa discussão sobre os pros e contra desta negociação. A Comissão de Finanças e Orçamento também deu parecer contrario e, em votação o parecer foi aprovado por sete votos e o Presidente declarou arquivado o Projeto de Lei nº 36/2022. Foi lido após, o parecer da Comissão de Desenvolvimento Sustentável contrario ao Projeto de Lei nº 37/2022 que: “Autoriza o Poder Executivo Municipal de Mariópolis a leiloar bens móveis considerados inservíveis para a Administração”. A Comissão justificou e na discussão foi comentado sobre o leilão anterior autorizado pela Câmara recentemente, no projeto de lei foram suprimidos dois ônibus e os mesmos retornam novamente neste projeto de lei. Foi citado exemplos de outros Municípios que utilizam estes ônibus para transporte rural ou acadêmicos, que o Prefeito poderia ver desta possibilidade também no Município. Vereadores favoráveis ao projeto colocaram sobre a situação mecânica destes ônibus e que para o transporte de alunos acadêmicos dependerá também de motorista da Prefeitura. Foi comentado também alguns outros itens e questionado sobre destino dos recursos do leilão anterior, e também deste, caso aprovado. Em votação o parecer foi aprovado por sete votos a dois. Votaram contra os Vereadores Edimilson e Marina. Com os pareceres contrários das Comissões o Presidente declarou arquivado o Projeto de Lei nº 37/2022. Prosseguindo, foi lido o ofício do Executivo encaminhando em regime de urgência os Projetos de Lei nº 40/2022 que: “Autoriza a Concessão de Direito Real de Uso de espaço na Praça Arnaldo Busatto” e nº 41/2022 que: “Autoriza a realização de chamamento público para fins de firmar parceria com entidade regular, destinada ao acolhimento de crianças e adolescentes em situação de risco, e dá outras providências”. O Presidente encaminhou o Projeto nº 40 para as Comissões de Constituição, Justiça e Redação e Desenvolvimento Sustentável e, nº 41 para as Comissões de Constituição, Justiça e Redação e Direitos Humanos. Foi lido e aprovado o Requerimento do Vereador Dejair solicitando ao Executivo uma relação dos anos de

2021 e 2022 de gastos com materiais de construção, empresas vendedoras e em quais obras foram utilizados. Foram lidas as seguintes Indicações: do Vereador Dejair solicitando ao Departamento de Serviços Rodoviário, o alargamento da ponte sobre o Rio Poço Preto, acesso a Comunidade São Pedro. Do Vereador Edimilson solicitando ao Departamento de Serviços Urbanos asfalto na Alameda 13 e Ruas 22 e 24, no Bairro Gricolo. Do Vereador Edimilson, reforçando pedidos anteriores, solicitando ao Departamento de Serviços Urbanos o termino da Pracinha e Academia de Saúde do Bairro Gricolo. Dos Vereadores Edimilson, Artur e José, reforçando pedidos anteriores, solicitando ao Departamento de Educação vigias nas escolas municipais. Foram lidas também as correspondências diversas.